

**Processo de ensino-aprendizagem da saúde mental na graduação em Enfermagem: uma
revisão de literatura**

Mental health teaching-learning process in Nursing graduation: a literature review

**Proceso de enseñanza y aprendizaje de la salud mental en la graduación de Enfermería:
una revisión de la literatura**

Recebido: 22/05/2020 | Revisado: 23/05/2020 | Aceito: 25/05/2020 | Publicado: 06/06/2020

Wanderson Alves Ribeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8655-3789>

Docente na Universidade Iguazu, Brasil

E-mail: nursing_war@hotmail.com.

Marcelo Viana Marchi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2554-152X>

Docente na Universidade Iguazu, Brasil

E-mail: marcelovianamarchi@yahoo.com.br

Flávio de Lima Monteiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1579-9129>

Graduando em Enfermagem pela Universidade Iguazu, Brasil

E-mail: flavio.lmonteiro@gmail.com

Luana Ferreira da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4271-5552>

Graduando em Enfermagem pela Universidade Iguazu, Brasil

E-mail: luanaferreira.silva2013@gmail.com

Resumo

A enfermagem na saúde mental sempre se fez presente ao longo da história, todavia ficou mais evidente após o período da reforma psiquiátrica no Brasil. Sucedeu-se uma evolução no tratamento dos pacientes com transtornos mentais persistentes e severos onde, até então, as condutas assistenciais contemplavam métodos desumanos e cruéis, caracterizadas por violência e abandono. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com objetivo de descrever a condução do ensino de saúde mental na graduação em enfermagem

para formação do enfermeiro. Após a associação de todos os descritores foram encontrados 277 artigos, excluídos 268 e selecionados 15. Posterior à leitura reflexiva emergiram três categorias: a questão da loucura e o legado para saúde mental; a construção do profissional enfermeiro e a saúde mental e atribuições do enfermeiro na saúde mental. O processo formativo do discente de enfermagem em saúde mental, precisa ser sustentado no paradigma psicossocial com vistas a conduzir transformações na formação do futuro enfermeiro. Estudo sobre a formação dos discentes de enfermagem em saúde mental de IES no Brasil aponta que as crenças e as motivações destes, em relação ao modelo de assistência psicossocial influencia no ensino e na produção de conhecimento. Conclui-se que, especificamente, enfatizando o processo de formação acadêmica do profissional enfermeiro durante a graduação, torna-se de grande relevância um estudo que identifique e evidencie o comportamento acadêmico, bem como suas respectivas expectativas acerca da importância do ensino e aprendizagem do conteúdo de saúde mental.

Palavras-chave: Enfermagem psiquiátrica; Saúde mental; Ensino.

Abstract

Mental Health Nursing has always been present throughout history, however it became more evident after the period of Psychiatric Reform in Brazil. There was an evolution in the treatment of patients with persistent and severe mental disorders, where, until then, assistance behaviors included inhuman and cruel methods, characterized by violence and abandonment. This is a bibliographic research with a qualitative approach, with the objective of describing the conduct of mental health education in undergraduate nursing courses for the training of nurses. After the association of all descriptors, 151 articles were found, 138 were excluded and 13 were selected. After the reflective reading, three categories emerged: The issue of madness and the legacy for Mental Health; The construction of the professional nurse and mental health and the nurse's duties in mental health. The training process of the nursing student in mental health needs to be sustained in the psychosocial paradigm in order to drive changes in the training of the future nurse. A study on the training of nursing students in mental health of HEIs in Brazil points out that their beliefs and motivations, in relation to the psychosocial assistance model, influence teaching and knowledge production. It is concluded that, specifically, emphasizing the process of academic training of professional nurses during graduation, a study that identifies and highlights academic behavior, as well as their

respective expectations about the importance of teaching and learning content, becomes of great relevance. Mental Health.

Keywords: Psychiatric nursing; Mental health; Teaching.

Resumen

La Enfermería en Salud Mental siempre ha estado presente a lo largo de la historia, sin embargo, se hizo más evidente después del período de Reforma Psiquiátrica en Brasil. Hubo una evolución en el tratamiento de pacientes con trastornos mentales persistentes y graves, donde, hasta entonces, los comportamientos de asistencia incluían métodos inhumanos y crueles, caracterizados por la violencia y el abandono. Esta es una investigación bibliográfica con un enfoque cualitativo, con el objetivo de describir la conducta de la educación en salud mental en los cursos de pregrado de enfermería para la formación de enfermeras. Después de la asociación de todos los descriptores, se encontraron 151 artículos, se excluyeron 138 y se seleccionaron 13. Después de la lectura reflexiva, surgieron tres categorías: el tema de la locura y el legado para la salud mental; La construcción de la enfermera profesional y la salud mental y los deberes de la enfermera en salud mental. El proceso de formación del estudiante de enfermería en salud mental debe mantenerse en el paradigma psicosocial para impulsar cambios en la formación de la futura enfermera. Un estudio sobre la formación de estudiantes de enfermería en salud mental de las IES en Brasil señala que sus creencias y motivaciones, en relación con el modelo de asistencia psicosocial, influyen en la enseñanza y la producción de conocimiento. Se concluye que, específicamente, enfatizar el proceso de capacitación académica de enfermeras profesionales durante la graduación, un estudio que identifica y resalta el comportamiento académico, así como sus respectivas expectativas sobre la importancia del contenido de enseñanza y aprendizaje, adquiere gran relevancia. Salud Mental.

Palabras clave: Enfermería psiquiátrica; Salud mental; Enseñanza.

1. Introdução

A Enfermagem na Saúde Mental sempre se fez presente ao longo da história todavia ficou mais evidente após o período da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Sucedeu-se uma evolução no tratamento dos pacientes com transtornos mentais persistentes e severos onde, até então, as condutas assistenciais contemplavam métodos desumanos e cruéis, caracterizadas por violência e abandono (Brasil, 2004).

Após denúncias feitas ao Ministério Público, a sucessão de Congressos de Psiquiatria e Psicologia e Assembleias, foram se consolidando concepções e conscientizações sociais que demandaram efetivas mudanças nesse cenário, ressaltando a necessidade de uma nova Política Institucional nos manicômios da época.

Os autores Lüchmann & Rodrigues (2007) retratam o princípio da luta, referindo-se a uma mudança de comportamento sociocultural, com relação a complexidade do assunto “o louco e a loucura. A Luta Anti-manicomial é um marco relevante para enfatizar a importância de uma Enfermagem especializada atuando nas instituições de tratamento de saúde mental no país, vindo de encontro com a demanda de uma qualificação do processo assistencial ofertado aos usuários dos serviços de saúde mental.

Corroborando ao contexto, *Ibidem* (2007) ainda referem que, iniciou-se a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos de Atendimento Psicossocial (NAPS), unidades de atendimento em saúde mental, caracterizadas por uma proposta significativamente diferenciada em relação às práticas vigentes na época, caracterizadas pela ausência de internação de longo período. Trata-se de uma modalidade terapêutica onde o paciente e seus respectivos familiares são inseridos no contexto assistencial, objetivando garantir um reforço a família, autonomia e reinserção social ao usuário, promovendo o reequilíbrio biopsicossocial do indivíduo adoecido.

Nesse sentido, mais de 20 anos de luta efetiva, foi aprovada a Lei nº 10.216/2001 (intitulada como a Lei da Reforma Psiquiátrica), que definitivamente dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Dessa lei origina-se a Política de Saúde Mental a qual, basicamente, visa garantir o cuidado ao paciente com transtorno mental em serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, superando assim a lógica das internações de longa permanência, que tratam o paciente isolando-o do convívio com a família e sociedade como um todo (Lüchmann & Rodrigues, 2007).

De acordo com Amarante (2008), a história da saúde mental no Brasil, assim como a saúde em geral, foi marcada por muitas lutas e desafios. Com o advento da Reforma Psiquiátrica Brasileira evidenciada nos anos 70, pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental com o lema: “Por uma sociedade sem Manicômios”, surgem avanços e processos de intervenção depois de uma era marcada por mitos, maus-tratos e muitas mortes.

Diante dessa realidade, era de extrema necessidade o surgimento de um novo modelo de contribuição, que viabilizasse uma rede que substituísse o modelo “hospitalocêntrico”. No

ano de 1986 foi criado o primeiro CAPS no Brasil, amparado pela lei 10.216/02, resultado de uma luta social que durou doze anos (Amarante, 2008; Nóbrega et al., 2020).

Os profissionais que trabalham nos CAPS possuem diversas formações e integram uma equipe multiprofissional. É um grupo de diferentes técnicos de nível superior e médio. Os de nível superior são Enfermeiros, Médicos, Psicólogos, Assistentes Sociais, Terapeutas Ocupacionais, Pedagogos, Professores de Educação Física ou outros necessários para as atividades oferecidas nos CAPS. Os profissionais de nível médio podem ser Técnicos e/ou Auxiliares de Enfermagem, Técnicos Administrativos, Educadores e Artesãos. Os CAPS contam ainda com equipes de limpeza e de cozinha (Vagas et al., 2018).

No bojo dessas mudanças, a enfermagem passa a desenvolver ações voltadas ao acompanhamento assistencial, a fim de diminuir o sofrimento em sua complexa relação entre os determinantes psíquicos, sociais e políticos (Souza & Afonso, 2015).

Assim, o cuidado de enfermagem em saúde mental, na atualidade, demanda do Enfermeiro a postura de agente terapêutico. Porém, sustentar o lugar de agente terapêutico requer uma postura em que se prioriza o estabelecimento da relação terapêutica, compreendida como uma tecnologia de cuidado de enfermagem que permite o reconhecimento das experiências de vida do paciente e o estímulo à sua responsabilização na produção de seu sintoma e, por consequência, na tomada das decisões terapêuticas (Gargia et al., 2017).

A relação terapêutica constitui a ação central da prática do Enfermeiro na saúde mental, e sua consolidação se dá por meio do processo de enfermagem, que caracteriza a forma de pensar do Enfermeiro, cuja finalidade é a formulação do cuidado. Para desenvolver o Processo de Enfermagem (PE), é fundamental que o Enfermeiro tenha conhecimento sobre as necessidades de saúde, forma de abordagem e coleta de informações, método de organização das informações coletadas visando um plano de cuidados, identificação e proposição de intervenções e avaliação da assistência prestada (Vagas et al., 2018).

Dessa forma, o PE torna-se central para o estabelecimento do cuidado de enfermagem em saúde mental, e favorece ao Enfermeiro assumir uma posição autônoma como agente terapêutico o que, conseqüentemente, qualifica a assistência de enfermagem oferecida e também pode ser entendido como a contribuição desse profissional para o projeto terapêutico singular. Ainda, o PE possibilita uma amplitude maior na avaliação do estado de saúde do paciente, pois o foco do cuidado deve ser dirigido ao reconhecimento do significado individual da experiência do sofrimento psíquico no seu contexto social, político e cultural,

não se restringindo à sintomatologia psicopatológica e ao diagnóstico psiquiátrico (Nóbrega et al., 2020).

Segundo Sousa & Jorge (2019) os profissionais da Saúde Mental não procuram se atualizar, há falta de interesse em buscar a qualificação adequada. Apesar da importância da capacitação no exercer da Enfermagem no cuidado, constata-se que há um déficit bem grande entre os enfermeiros e que é necessário mais estudo sobre a interligação da Educação Permanente e a Capacitação na Saúde Mental.

Já no ambiente acadêmico, nota-se o desinteresse pela área relacionado à falta de informações, preconceito sobre a área a ser exercida, falta de preparo na assistência direcionada aos pacientes com doença mental, enfrentamento e superação das dificuldades advindas da prática, medo e receio da atuação (*Ibidem*, 2019).

Nos dias atuais é necessário ressaltar a real necessidade de desencadear o processo de capacitação de profissionais de Enfermagem, visto que o exercer da profissão é compreendido como um fator principal para a melhoria do desempenho e da atenção oferecida pelos serviços de saúde (Tavares, 2014).

Entende-se a importância de estabelecer um novo olhar para o cuidado fundamentado na conversa e na criatividade, que possibilite a formulação social da função dos profissionais no aprendizado da sua prática. É necessário que o profissional da área da saúde tenha uma visão como um todo, não só direcionado à técnica e à terapêutica, mas sim buscando uma atitude solidária, atitude psicoterapêutica e atitude reabilitatória (Barros, Oliveira & Silva, 2014).

Nóbrega et. al., (2020) referem em seus estudos que, é de grande relevância contribuir para a inserção da saúde mental, ainda nos cursos de graduação em enfermagem para promover um processo formativo que, dirija o enfermeiro generalista no lidar com as questões de saúde mental. Com base nisso, este estudo tem como objetivo descrever a condução do ensino de saúde mental na graduação em Enfermagem para formação do enfermeiro.

Frente a isso, emergiu a seguinte questão norteadora: Qual a importância do ensino de saúde mental na graduação em Enfermagem, para formação do enfermeiro?

2. Metodologia

O presente estudo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Cabe ressaltar que a pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com auxílio de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Contudo em grande parte

dos estudos seja exigido algum tipo de trabalho deste gênero, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2008).

Em relação ao método qualitativo, Minayo (2008), discorre que é o processo aplicado ao estudo da biografia, das representações e classificações que os seres humanos fazem a respeito de como vivem, edificam seus componentes e a si mesmos, sentem e pensam.

Os dados foram coletados em base de dados virtuais. Para tal utilizou-se a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), na seguinte base de informação: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) no período de fevereiro a março de 2020.

Optou-se pelos seguintes descritores: Enfermagem Psiquiátrica; Saúde Mental; Ensino que se encontram nos Descritores em Ciência da Saúde (DECS). Após o cruzamento dos descritores com a palavra-chave, utilizando o operador booleano “AND”, foi verificado o quantitativo de textos que atendessem às demandas do estudo.

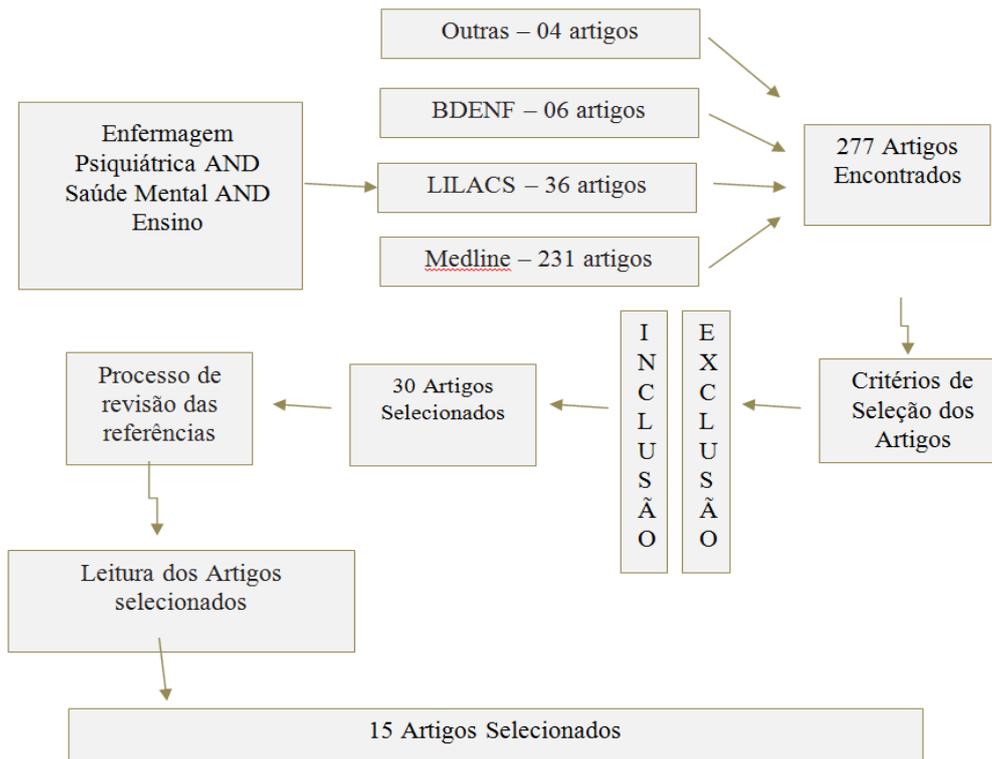
Para seleção da amostra, houve recorte temporal de 2014 a 2019, pois o estudo tentou capturar todas as produções publicadas nos últimos 05 anos. Como critérios de inclusão foram utilizados: ser artigo científico, estar disponível on-line, em português, na íntegra gratuitamente e versar sobre a temática pesquisada.

Cabe mencionar que os textos em língua estrangeira foram excluídos, devido o interesse em embasar o estudo com dados do panorama brasileiro e os textos incompletos, para oferecer melhor compreensão através da leitura de textos na íntegra.

Salienta-se que alguns estudos brasileiros foram produzidos em língua estrangeira, de modo que o idioma escolhido para cada artigo se deu pelo motivo das normas de publicação de cada revista porém, todos os artigos são brasileiros.

A Figura 1 apresenta o fluxograma referente a seleção e filtragem dos dados obtidos para o estudo.

Figura 1 - Fluxograma das referências selecionadas.



Fonte: Autores, 2020.

Após a associação de todos os descritores foram encontrados 277 artigos, excluídos 268 e selecionados 15 artigos.

3. Resultados e Discussão

Posterior à leitura reflexiva emergiram três categorias: a questão da loucura e o legado para saúde mental; a construção do profissional enfermeiro e a saúde mental e atribuições do enfermeiro na saúde mental.

Categoria 1 - A questão da loucura e o legado para Saúde Mental

A partir do século XIX começou a se pensar no tratamento diagnóstico da loucura, abrindo espaço para a atenção clínica. Figueiredo et al. (2014) aborda que a atenção clínica não é uma ciência e sim o resultado de observações empíricas, ensaios, prescrições terapêuticas, regulamentos institucionais. O que torna essa atenção clínica uma nova forma de falar e do enxergar a loucura.

Outras transformações em relação à concepção de loucura acontecem ao longo dos anos e ao contrário do que expõe a história tradicional da psiquiatria, que nos reenvia às (supostas) origens de uma loucura imemorial. Foucault nos mostra uma loucura cozinhada lentamente no caldeirão da história ocidental posterior ao Renascimento (Leal et. al., 2019).

Esta visão organicista trouxe novas modalidades de atendimento, medicalização e avaliação na situação de internamento dos indivíduos. A partir deste momento, o olhar para a loucura passa a ser diferente do olhar direcionado aos outros internos dos hospitais, ou seja, atribui-se a loucura uma especificidade. É na virada do século XVIII para o século XIX que a loucura passa a ser encarada como uma doença, que deve ter atenção e intervenção médica (Figueiredo et al., 2014).

Percebe-se com o exposto que a concepção de manicômio é diferente em cada momento da história. Numa concepção mais antiga, o manicômio serviria para recolher os loucos e as pessoas que não possuíam uma forma de se sustentar. Com o passar do tempo surgiram os hospitais com atendimento médico, no entanto estes funcionários muitas vezes não possuíam formação médica, sendo em sua maioria religiosos. Somente a partir do século XIX que surgiram instituições de acolhimento exclusivo a doentes mentais, que oferecia tratamento médico especializado e sistemático, sendo realmente reconhecido como manicômio (Gargia et al., 2017).

Portanto pode-se afirmar que a partir do modelo manicomial, que um indivíduo considerado louco era entendido como sendo alienado à realidade, um indivíduo doente e que necessitava de atendimento direcionado para a cura (Gargia et al., 2017).

A partir do século XIX, segundo Figueiredo et al. (2014) a defesa da existência de instituições manicomiais domina toda a Europa, e foi considerado como a modalidade terapêutica mais eficaz, apesar do reconhecimento dos pontos negativos como violência, isolamento e as práticas coercitivas que eram justificados como um mal necessário. [...] No Brasil, o primeiro manicômio/hospital psiquiátrico foi criado em 1852, nesse caso, o Hospício D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro. Em 1912 foi promulgada a primeira Lei Federal de Assistência aos Alienados, seguindo do ganho de status de especialidade médica autônoma aos psiquiatras, aumentando o número de instituições destinadas aos doentes mentais.

Quatorze anos mais tarde é criada a Liga Brasileira de Higiene Mental e em 1934 o Decreto n. 24.559 promulga a segunda Lei Federal de Assistências aos Doentes Mentais, reafirmando que o hospital psiquiátrico é a única alternativa de tratamento. A partir desta necessidade de formar e capacitar funcionários para o atendimento aos doentes mentais, há a

preocupação de criar espaço para o estudo e desenvolvimento destes profissionais orientando-os em suas práticas médicas de tratamento da loucura (Figueiredo et al., 2014).

Apesar do histórico da luta pela Reforma Psiquiátrica, e das conquistas de implementações de leis e propostas dos âmbitos governamentais, a reforma ainda é uma problemática atual. Anteriormente, os doentes mentais eram vistos como usuários dos serviços de saúde mental, ou seja, pacientes que eram objetos para técnicas terapêuticas e enquadrados como loucos. Porém, o que se busca, ainda hoje, é que esses sujeitos existam na condição de cidadãos, usufruindo dos serviços oferecidos por agências públicas que atendam aos princípios previstos a partir da Reforma Psiquiátrica (Leal et. al., 2019).

A assistência de Enfermagem ao paciente com doenças mentais no Brasil vem, ao longo dos anos se modificando a fim de atender as propostas oriundas da Reforma Psiquiátrica, exigindo cada vez mais dos profissionais de saúde em prática diferenciada, totalmente contrária aquela iniciada pela psiquiatria tradicional, baseada no isolamento como única alternativa para o tratamento e cura destes pacientes (Garcia et al., 2016).

Sendo assim ainda há muito que ser feito em relação à assistência aos doentes mentais e o Enfermeiro desempenha um papel fundamental nesta assistência. Portanto, faz-se necessário expor como o cuidado da Enfermagem em saúde mental é construído por meio do processo educacional (Pereira et al., 2015).

Categoria 2 – A construção do processo de ensino-aprendizagem do enfermeiro e a saúde mental

Conforme exposto a Reforma Psiquiátrica acarretou transformações no campo da assistência oferecida ao doente mental. No bojo dessas mudanças, a enfermagem passa a desenvolver ações voltadas a superar o paradigma da tutela através da compreensão do sofrimento em sua complexa relação entre os determinantes psíquicos, sociais e políticos. (Garcia et al., 2016).

Corroborando ao contexto, a necessidade de romper com paradigmas educacionais tomou corpo a partir não apenas da própria Reforma Psiquiátrica, como também das mudanças curriculares propostas para os cursos de graduação em enfermagem por meio, principalmente, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Enfermagem (DCNEnf), instituídas no ano de 2001 (Leal et. al., 2019).

Nesse sentido, o processo formativo do discente de enfermagem em saúde mental, precisa ser sustentado no paradigma psicossocial com vistas a conduzir transformações na

formação do futuro enfermeiro. Estudo sobre a formação dos discentes de enfermagem em saúde mental de IES públicas no Brasil aponta que as crenças e as motivações destes em relação ao modelo de assistência psicossocial influenciam no ensino e na produção de conhecimento (Pereira et al., 2015).

Ademais, para atender as questões contemporâneas de valorização da autonomia e cidadania do sujeito, é condição que a formação do docente de Enfermagem em saúde mental, formador de recursos humanos, possibilite que este constitua profissionais capazes de sustentar o sujeito em sofrimento psíquico/transtorno mental, por meio de instrumentais da relação terapêutica. Para tal a formação ofertada deve ser pautada em um arcabouço histórico-político-social-teórico, que se distancie do modelo assistencial institucionalizante e excludente (Leal et. al., 2019).

Desta forma, entende-se que o ato de cuidar envolve tarefas como tocar, sentir, escutar e auxiliar o paciente nas atividades que ele por ventura sentir dificuldade em realizar, a fim de garantir sua evolução (Garcia et al., 2017).

Vargas et al. (2018, p. 2) afirma ainda que a passagem da desinstitucionalização para a inserção social daqueles que sofrem com transtornos mentais passou a exigir da assistência do enfermeiro, em formação, uma integração de saberes e práticas que permitam o reconhecimento de que a pessoa está inserida em uma realidade social e um contexto familiar. Este reconhecimento requer, na formação do enfermeiro, a adoção do novo modelo de atenção em saúde mental pautado na superação do modelo biomédico e hospitalocêntrico/manicomial para o modelo integrador, que valorize de fato os aspectos biopsicossociais da atenção à saúde e demarque um compromisso com os princípios do Sistema Único de Saúde.

Portanto, a mudança no modelo de assistência em saúde mental desencadeia a necessidade de repensar o ensino de Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental, uma vez que a realidade de ensino ainda parece não condizer às necessidades da atualidade. Autores apontam que um dos problemas relacionados ao déficit no ensino da Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental está atrelado ao modelo tradicional, a falta de docentes especializados na área e na falta de exigência de estágios na área (Vargas et al., 2018).

As escolas de Enfermagem proporcionam por meio do ensino que as práticas e ações desempenhadas pelos profissionais sejam moldadas e a modificação dessas atitudes vem sendo cobradas para que de fato o ensino de saúde mental e psiquiatria atendam ao modelo de assistência estruturado (Garcia et al., 2017).

Nesta mesma perspectiva Garcia et al., (2017) mostram a prevalência nas instituições de ensino na formação da força de trabalho em enfermagem, com o enfoque no modelo

clínico que resume a doença a um conjunto de sintomas que requer intervenções, a fim de resgatar um estado de normalidade. Nessa perspectiva, a educação da saúde mental ainda está centrada no modelo da psiquiatria tradicional, com um enfoque distante da crítica da realidade, formando profissionais no contexto dos novos serviços, mas que ainda mantém os velhos referenciais teóricos e metodológicos.

Souza & Afonso (2015) apontam a necessidade de articular o novo modelo de assistência com as práticas acadêmicas sobre os novos dispositivos de saúde mental. Portanto há que se considerar a importância da formação do profissional de Enfermagem estar baseada em uma nova concepção sobre a loucura, de forma que os doentes mentais tenham sua cidadania resgatada e que o Enfermeiro participe de forma efetiva de sua assistência.

As autoras apontam que a partir de uma pesquisa sobre vinte e três escolas públicas e privadas no Paraná, os cursos de Enfermagem “apresentam ambivalências relativas aos conteúdos de saúde mental, nem sempre integrados aos currículos, bem como dificuldades para redimensionar a prática dos docentes e de outros profissionais atuantes na saúde mental” (Souza & Afonso, 2015, p. 335).

Em 2003, o Governo Federal criou o Departamento de Gestão da Educação na Saúde e instituiu em 2004 os Pólos de Educação Permanente, com o intuito de promover a política de educação permanente, como uma estratégia fundamental para a formação, atenção e controle social no setor de assistência à saúde (Tavares & Mesquita, 2019).

Neste sentido Tavares & Mesquita (2019) afirmam que a educação permanente parte do pressuposto da aprendizagem significativa. Os processos de capacitação do pessoal da saúde devem ser estruturados a partir da problematização do processo de trabalho, visando à transformação das práticas profissionais e a organização do trabalho, tomando como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e o controle social em saúde. A educação é um processo político situado no tempo e no espaço. Um verdadeiro processo de educação não pode ser estabelecido se não através de uma análise das necessidades reais de determinada população.

Portanto existe a necessidade de que os currículos acompanhem a realidade da sociedade, a fim de que os profissionais recém-formados tenham capacidade de atuar de forma eficiente dentro das unidades de atendimento. A formação dos profissionais de Enfermagem, do nível auxiliar, técnico e superior sempre foi marcada por currículos arcaicos, centrando o ensino no modelo de hospitalização dos doentes mentais, dissociando teoria e prática, estimulando práticas impessoais e descontextualizadas de assistência (Tavares & Mesquita, 2019).

Neste sentido Tavares & Mesquita (2019) apontam que no campo da saúde mental, a estratégia de educação permanente tem como desafio consolidar a reforma psiquiátrica. Para o alcance deste desafio, os tradicionais programas de educação continuada, destinados apenas a informar os indivíduos sobre recentes avanços em seu campo de conhecimento, devem ser substituídos por programas mais amplos de educação permanente que visem articular conhecimentos profissionais específicos com o de toda a rede de saberes envolvidos no sistema de saúde. Deste modo, a formação da enfermeira passa a exigir programas interdisciplinares de ensino que possibilitem análises mais integradas dos problemas de saúde.

Portanto a proposta de reforma no sistema de ensino apontada por Tavares (2006) questiona a função de saberes psiquiátricos, visto que a assistência aos doentes mentais deixa de estar centrada no serviço hospitalar e passa a ser vivenciadas nas unidades de cuidado da comunidade.

Compreende-se então que de acordo com as Diretrizes Curriculares, a área de saúde requer profissionais de competências gerais, não os preparando de forma especial para nenhuma área. No entanto, com as recentes mudanças nas políticas de saúde mental, por exemplo, o mercado de trabalho irá exigir do profissional de Enfermagem que seja capaz de atuar na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde da população assistida (Bolsoni et al., 2016).

Portanto é importante que o profissional em construção esteja apto e envolvido com o atendimento, tendo conhecimento necessário para desenvolver as ações e práticas da assistência ao doente mental e a família e comunidade no qual está inserido este indivíduo. (Bolsoni et al., 2016).

Vargas et al. (2018) realizou um estudo com base na disciplina de Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental e nas estruturas curriculares dos cursos de Enfermagem no Brasil. A partir deste estudo os autores constataram que “por não haver uma legislação específica para padronização das disciplinas de saúde mental e psiquiátrica, há ampla variação das mesmas em quantidade de um anove distribuídas ao longo dos anos dos cursos de enfermagem.

Neste sentido, pode-se concluir a respeito desta pesquisa que apesar de a grande maioria dos cursos possuírem em sua grade curricular a disciplina de saúde mental e psiquiátrica, pelo menos 3% delas não ofereciam tal disciplina, uma vez que mesmo não sendo obrigatório, deveria ser oferecido ao estudante, a fim de formar um profissional de Enfermagem capacitado para atuar também nesta área (Vargas et al., 2018)

Em contrapartida, Souza & Afonso (2015, p. 335) apontam que em um estudo, de treze escolas públicas analisadas em São Paulo, houve alguns avanços em relação ao ensino da disciplina de saúde mental e psiquiátrica, porém identificou-se que “a maioria dos conteúdos estavam centrados nas psicopatologias e terapêuticas medicamentosas”. No entanto, ainda que o conteúdo teórico estivesse sendo abordado em sala de aula, a prática não era exigida, ficando por conta de o estudante procurar contato ou não com os serviços de assistência em saúde mental e psiquiátrica.

Um estudo desenvolvido por Souza & Afonso (2015) entrevistou três profissionais de Enfermagem formados a mais de cinco anos, e que trabalham na área de saúde mental. Neste estudo foi indagado a estes profissionais sobre ter tido o preparo durante sua graduação para atuar no modelo de saúde mental de um contexto pós Reforma Psiquiátrica. Os resultados obtidos denotam que a sua formação se ancorou no modelo centrado na doença [...] as disciplinas cursadas sobre saúde mental foram trabalhadas em cargas horárias teóricas e práticas de curta duração.

A partir deste estudo Souza & Afonso (2015) mostraram que a formação de Enfermeiros em saúde mental e psiquiátrica ainda possui seu foco na doença, na psicopatologia, distanciando-se das propostas da Reforma Psiquiátrica e reiterando as práticas manicomialistas.

Outro problema encontrado e vivenciado pelos estudantes de Enfermagem em relação ao aprendizado de Saúde Mental e Psiquiatria, relaciona-se com o sentimento de medo destes pacientes, uma vez que ainda são vistos como indivíduos perigosos e que não conseguem viver em sociedade (Bolsoni et al., 2016).

Os autores ainda referem que, apresenta a importância de se destacar que os aspectos culturais refletem diretamente e indiretamente na assistência, visto que, nossas atitudes são reflexos de nossas percepções e conceitos, assim é importante que os profissionais da saúde reflitam quanto aos seus julgamentos e coloque a necessidade do outro em primeiro lugar, não permitindo que os valores culturais interfiram na assistência adequada ao paciente (Bolsoni et al., 2016).

Portanto é imprescindível que ocorra mudanças não apenas no ensino de Psiquiatria e Saúde Mental na Enfermagem, é necessário que aconteçam mudanças na visão do aluno para com o paciente psiquiátrico e suas necessidades. É necessário que ocorra de forma efetiva a mudança na percepção da loucura e que novas formas de pensar, planejar e organizar sejam feitas a ponto de garantir o preparo do aluno para desempenhar sua função após a conclusão de sua graduação (Bolsoni et al., 2016).

Neste sentido, além da necessidade na esfera do ensino a muito que ser feito em relação ao desenvolvimento das relações de trabalho com o Enfermeiro Psiquiátrico. Tavares & Mesquita (2019) afirmam de forma veemente que essa mudança só será possível por meio de uma educação continuada no campo da Psiquiatria e Saúde Mental.

Estudos apontam que 27% dos enfermeiros apresentam dúvidas em relação a forma como lidar com pacientes que apresentam comportamento agressivo; outro fator bastante delicado em relação a este tratamento está relacionado a sexualidade. Ainda tratando dos problemas encontrados, os enfermeiros relatam ainda a dificuldade de intervir na crise de emergência psiquiátrica, uma vez que alegam não possuírem uma formação prática adequada para desenvolver ações eficazes para esse momento (Tavares & Mesquita, 2019).

Neste sentido Bolsoni et al., 2016 abordam que o processo de formação por competência apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma abordagem de continuidade e de ruptura, ou seja, a continuidade do processo de evolução do mundo, das fronteiras, das tecnologias, dos estilos de vida que hoje requerem flexibilidade e criatividade dos trabalhadores; a ruptura com as práticas pedagógicas que não capacitam os indivíduos para o agir frente à complexidade das situações do cotidiano.

Portanto, é necessário que teoria e prática estejam relacionadas, dialogando de forma crítica e autocrítica, devido à complexidade da realidade de quem sofre com transtornos psíquicos. Faz-se necessário desenvolver competências e conteúdo que discutam e permita a prática de ações que garantam uma assistência eficaz à saúde mental (Bolsoni et al., 2016).

A articulação entre teoria e prática no ensino de saúde mental pressupõe, destarte, ações pedagógicas que, ultrapassando os muros da academia, indicam a necessidade da inserção dos sujeitos do processo de formação nos espaços de encontro, de produção do cuidado, de reabilitação, de relações interpessoais, de solidariedade, de acolhimento, de produção de novas subjetividades centrada numa contínua aproximação do mundo do ensino com o mundo do trabalho, envolvendo atitudes de corresponsabilidades, estabelecimento de parcerias e cooperações, de uma relação horizontal e plural entre os sujeitos do processo de formação (Bolsoni et al., 2016).

Os docentes que desenvolvem o ensino de saúde mental apenas na graduação acreditam na potência desse campo para subsidiar a formação em saúde mental. Em tempo de construção das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Enfermagem, preencher essas lacunas na formação é necessário para o fortalecimento da tríade ensino-pesquisa-extensão de saúde mental que fomente uma prática mais alinhada (Nóbrega et al., 2017).

Categoria 3 – Atribuições do Enfermeiro na saúde mental

O cuidado de enfermagem em saúde mental exige do enfermeiro uma postura terapêutica, assumindo uma posição autônoma como agente terapêutico, avaliando o estado de saúde do paciente, relacionando com os determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais dos indivíduos (Garcia et al., 2017).

De acordo com Garcia et al. (2017) o profissional enfermeiro deve desenvolver o cuidado à pessoa com transtorno psiquiátrico apoiado no princípio da integridade, assistindo ao usuário em todas as dimensões de sua vida - biopsicossocial e espiritual, não fragmentando o cuidado. Observando, também, práticas de cuidado humanizado, estabelecendo uma relação de vínculo entre equipe e usuário, e estimulando a responsabilização de ambos pelo cuidado.

O trabalho do Enfermeiro Psiquiátrico ainda é visto como desinteressante. Tavares & Mesquita (2019) aponta que a persistência de uma assistência desqualificada no campo da saúde mental faz com que os profissionais da área tenham um grande desinteresse por este campo de atuação. A falta de definição em torno do papel do enfermeiro psiquiátrico gera dificuldades no seu processo de trabalho em equipe. Além disso, os enfermeiros possuem um vínculo de trabalho mais precário do que do restante dos demais enfermeiros. O fato de alguns enfermeiros serem funcionários cooperados enfraquece as suas relações com a instituição. O vínculo frágil não garante a continuidade do trabalho e, portanto, da assistência, como seria desejado.

Torna-se importante, portanto o Enfermeiro saber agir diante das intercorrências da assistência à saúde mental, e essas práticas só será possível por meio da identificação e mobilização de conhecimento que dão suporte para a solução de problemas (Bolsoni et al., 2016).

Porém, na realidade, o enfermeiro deve estar seduzido pelo trabalho para desconstruir representações sobre o paciente em sofrimento mental, oriundas do paradigma psiquiátrico na definição de louco e loucura. Assim, o conhecimento vai se construindo, tornando-se um caminho difícil e incerto; para adquirir tal conhecimento, o enfermeiro deve aprender a pensar e inventar novas práticas de saberes no cuidar da psiquiatria (Silva et al., 2017).

Assim, o enfermeiro adquiriu responsabilidade, que visa inovar a assistência em suas práticas na criação do novo espaço de trabalho no CAPS. Deve participar de grupos de estudos, atividades em grupo, oficinas, visitas em domicílio, reuniões com os familiares e com a equipe, deve escutar e estabelecer uma relação com o paciente, por meio da qual ele

deve se permitir uma convivência afetiva com base em técnicas humanistas (Silva et al., 2017).

Corroborar-se que o relacionamento terapêutico entre o profissional de enfermagem e paciente é uma experiência de aprendizado mútuo. A atuação do enfermeiro psiquiátrico tem sua eficácia nas suas ações, que têm como base o reconhecimento da saúde ou da doença como resultados das múltiplas características do paciente que integram os aspectos sociais, ambientais, culturais, histórico, biológicos e psicológicos (Batista, 2016).

A partir de então, os papéis preconizados ao enfermeiro na assistência em psiquiatria passam a aderir uma dinâmica global, oferecendo um ambiente físico seguro e confiável, com aumento da relação profissional-paciente, assistência ao cliente em todo seu aspecto, atuando como agente na psicoterapia. Além disso, participação de ações comunitárias no relacionamento à saúde mental, utilizando de planejamento na assistência, a fim de promover e recuperar a saúde do paciente, organizar e coordenar a execução do cuidado à saúde mental, colaborando com o plano médico-terapêutico-profilático (Silva et al., 2017).

O enfermeiro coloca-se como parte atuante da nova proposta assistencial e, progressivamente, trilha inúmeras categorias terapêuticas na execução de suas técnicas, utilizando de possibilidades de amparo ao cliente, direcionando-os para a preservação e continuidade de sua autossuficiência e em outros casos, favorecendo a reabilitação. As atuais possibilidades proporcionam uma oferta de um tratamento mais agradável para quem presta os cuidados bem como para quem os recebe (Andrade & Siqueira, 2018).

Ressalta-se ainda que, enfermeiros conquistam o acolhimento como ação fundamental, no que tange ao modelo substitutivo. Torna-se possível a condução de atendimentos individuais que no antigo modelo eram conduzidos exclusivamente por psiquiatras e psicólogos. Ocorre a conquista de um novo cenário de atuação para o enfermeiro, comprometido com o cuidado integral, utilizando de escuta terapêutica (Andrade & Siqueira, 2018).

4. Considerações Finais

Conclui-se que, especificamente, enfatizando o processo de formação acadêmica do profissional Enfermeiro durante a graduação, torna-se de grande relevância um estudo que identifique e evidencie o comportamento acadêmico, bem como suas respectivas expectativas acerca da importância do ensino e aprendizagem do conteúdo de Saúde Mental, o que, de certo, futuramente, refletirá em sua vida profissional e, conseqüentemente em suas condutas e

concepções sobre esse segmento assistencial da enfermagem. Tal sentimento, de certo, traduzir-se-á em seu interesse pela área e empenho para o desenvolvimento de ações que contemplem a qualificação de um processo terapêutico implementado por esse profissional, quando inserido nessa área de atuação.

Assim como os conceitos e práticas que transformam, apresentam-se também novos desafios que permeiam pelas necessidades de mudanças culturais na forma como o sofrimento mental são vistos ainda na atualidade e ainda, como essa disciplina está sendo abordada na construção do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, entende-se, que o principal desafio atual para o processo de –ensino-aprendizagem de enfermagem em saúde mental é estimular o aluno para aprender a agir em cenário de incertezas, por meio de práticas profissionais sistematizadas, criativas, autônomas, dialógicas e que levem ao desenvolvimento da profissão considerando o trabalho interdisciplinar e a complexidade do processo de adoecer humano.

Referências

- Amarante, Paulo. (2008). *Saúde mental, formação e crítica*. Rio de Janeiro: LAPS.
- Andrade JNB, Siqueira, FM. (2018). A Atuação do Enfermeiro nos Centros de Atenção Psicossocial. *Revista de Enfermagem UFJF*, Juiz de Fora, 4 (1): 83-92.
- Barros S, Oliveira MAF, Silva ALA. (2007). Práticas inovadoras para o cuidado em saúde. *Rev Esc Enferm USP*, v. 41, p. 815-819.
- Batista EC (2016). A saúde mental no Brasil e o atual cenário dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). *Interdisciplinar: revista eletrônica univar* [online], 2(16): 29-35.
- Bolsoni EBH, Meisterlin, IP, Silva, ZF, Rodrigues J, Peres GM & Morais R (2016). Consulta de Enfermagem em Saúde Mental: revisão Integrativa. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.*, 12(4): 249-59.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2004). Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde. 86p.

Carvalho CMS, Miranda JGAB, Araújo EB & Chagas DNS (2015). A enfermagem e o cuidado à pessoa com transtorno mental na atenção básica. *Revista Interdisciplinar*, 8(4): 01-10.

Figueirêdo, Marianna Lima de Rolemberg; Delevati, Dalnei Minuzzi; Tavares, Marcelo Góes. (2014) Entre Loucos e Manicômios: História da Loucura e a Reforma Psiquiátrica no Brasil. *Cadernos de Graduação de Ciências Humanas e Sociais*, Maceió, 2(2): 121-36.

Garcia, AP, Francischetti, R, Freitas, MIP, Lamas JLT & Toledo VP (2017). Processo de enfermagem na saúde mental: revisão interativa da literatura. *Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn [online]*, 70(1): 220-30.

Gil AC (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo. Ed. Atlas,

Leal KM, Oliveira PDS, Rodrigues PRG & Fogaça FFS (2019). Desafios enfrentados na universidade pública e a saúde mental dos estudantes. *Revista Humanidades e Inovação*, 6(8): 59-69.

Lüchmann LHHahn & Rodrigues JR. (2007). O movimento antimanicomial no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Florianópolis, SC, 12(2): 399-407.

Minayo MCS. (2009). O desafio da pesquisa social. In: Deslandes, Suely Ferreira; Gomes, Romeu; Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. p. 9-29.

Nóbrega MPSS, Venzel CMM, Sales ES & Próspero AC (2020). *Texto & Contexto Enfermagem [online]*, 29(1): 01-13.

Nóbrega MPS, Sousa, Fernandes MFT, Silva PF. (2017). Aplicação do relacionamento terapêutico a pessoas com transtorno mental comum. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 38(1): 1-08.

Rosa RPF, Andrade ALF, Oliveira SP, Silva AGL, Ferreira AM, Inácio JS & Araújo SMSS. (2015). Construindo saberes no trabalho em saúde mental: experiências de formação em saúde. *Interface – Comunicação Saúde Educação*, 19(1): 931-40.

Silva MS, Machado PAT, Nascimento RS, Oliveira TS, Silva TF & Batista EC (2017). A enfermagem no campo da saúde mental: uma breve discussão teórica. *Revista Amazônica Science & Health*, 5(2): 40-6.

Sousa FSP, Jorge MSB (2019). O retorno da centralidade do Hospital Psiquiátrico: retrocessos recentes na Política de Saúde Mental. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, 17(1): 01-19.

Souza MC, Afonso MLM (2015). Saberes e práticas de enfermeiros na saúde mental: desafios diante da Reforma Psiquiátrica. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, Minas Gerais, 8(2): 332-47.

Tavares CMM (2006). A Educação permanente da equipe de Enfermagem para o cuidado nos serviços de Saúde Mental. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, 15 (2): 287-95.

Tavares CM, Mesquita LM. (2019). Sistematização da Assistência de Enfermagem e Clínica Ampliada: desafios para o Ensino de Saúde Mental. *Enfermagem em Foco*, 10(7): 121-6.

Vargas D, Maciel MED, Bittencourt MN, Lenate JS & Pereira CF. (2018). O ensino de Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental no Brasil: análise curricular da graduação. *Texto Contexto Enferm.*, 27(2): 01-09.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Wanderson Alves Ribeiro – 25%

Marcelo Viana Marchi – 25%

Flávio de Lima Monteiro – 25%

Luana Ferreira da Silva – 25%